

EDUCAÇÃO FINANCEIRA: Uma pesquisa documental crítica

UNIVERSIDADE
FEDERAL DE JUIZ DE FORA



Mestrado Profissional em Educação Matemática
PRODUTO EDUCACIONAL

Msc. Reginaldo Ramos de Britto
Dr. Marco Aurélio Kistemann Jr.

GRIFE

GRUPO DE INVESTIGAÇÕES FINANCEIRO-ECONÔMICAS



Contato: reginaldorrbritto@gmail.com

mathk@ig.com.br

“A submissão de indivíduos aos novos arranjos sociais econômicos nos impõe a necessidade de repensar o papel da instituição escolar na formação crítica do cidadão, (também) consumidor”.(BRITTO, 2012)

Em geral, concebemos uma ideologia como um sistema de crenças que tende a esconder, disfarçar ou filtrar uma série de questões que ligadas a uma situação problemática para grupos sociais. Uma ideologia poderia camuflar ou suavizar essa situação por obstruir possibilidades de identificar e discutir a natureza da “crise” dessa situação. Lutar para tornar explícita essa ideologia representa uma atitude crítica em direção dessa situação e da ideologia que a acoberta. (SKOVSMOSE, 2001, p.128-129).

Grupo de Pesquisas Financeiro-econômicas/ UFJF (GRIFE)

Msc: Reginaldo Ramos de Britto.

Dr. Marco Aurélio Kistemann Jr.

Resumo

Este artigo é Produto Educacional resultado de trabalho de pesquisa documental sobre a proposição de planos e estratégias nacionais de Educação Financeira, no Brasil e em países como Portugal e Espanha. Trata-se de pesquisa de mestrado em Educação matemática, na modalidade profissional que pretende constituir como produto educacional um documento, para orientações a professores e, sobretudo, educadores matemáticos. Como resultado de pesquisa, caracterizamos o que demos o nome de Processo de Legitimação da Educação Financeira que a despeito do discurso, promove, fundamentalmente, a constituição de consumidores de produtos financeiros. Outra indicação é de que há a possibilidade de que sua proposta de inserção nos currículos escolares seja um processo paralelo de *empowering* Educação Financeira pela Matemática, justificado pela característica dessa última de ser uma “linguagem de poder” e possuir “poder formatador”. O objetivo deste artigo então é, ao apresentar alguns destes documentos, desenvolver reflexão crítica com professores que estarão envolvidos com a tarefa de tratar da Educação financeira nas escolas.

Palavras chave: Educação Matemática, Educação

Financeira,comodificação, neoliberalismo e financeirização do capital.

Abstract

This article is an educational product that results from research work on documents regarding the proposed Plan of Financial Education in countries like Brazil, Portugal and Spain. This is MSc Research in Mathematics Education, in professional modality that is intended to be educational product as a document to guide teachers and especially mathematics educators. As a result of this research was characterized the *Legitimation of Financial Education Process* that despite the discourse, promotes, fundamentally, the constitution of consumers of financial products. Another indication is that there is the possibility that its proposal for the inclusion in school curricula is a parallel process of empowering the Financial Education for Mathematics, justified by the mathematical characteristic of being a "language of power" and have "power formatter". Another indication is that there is the possibility that its proposal for the inclusion in school curricula is a parallel process of empowering the Financial Education for Mathematics, justified by the mathematical characteristic of being a "language of power" and have "power formatter". The purpose of this article is to present some of these documents, develop critical thinking with teachers who will be involved with the task of working to financial education in schools.

Key-words

Mathematics Education, Financial Education, commodification, neoliberalism and financialization of capital.



GRUPO DE INVESTIGAÇÕES ECONÔMICO FINANCEIRAS
GRIFE

PREFÁCIO

Caros Professores,

Este é o Produto educacional fruto de pesquisa desenvolvida no Programa de Mestrado Profissional em Educação Matemática da UFJF, intitulada "**Educação Financeira: Uma pesquisa documental crítica.**" Espero que sirva de reflexão sobre o tema da Educação Financeira que de modo crescente passa a compor o currículo de muitos sistemas escolares, em muitos municípios pelo Brasil a fora.

Não se trata de manual de conduta econômico-financeira nem tão pouco pretende indicar o modo como você, Professor, deve conduzir atividades e tarefas dessa natureza com seus alunos.

Sabemos que educar-se financeiramente deve ser uma atitude desejável e que indivíduos que passam por este processo podem conferir um maior controle às suas finanças pessoais, entretanto, esperamos propor com este produto educacional reflexão com professores sobre o significado de educar financeiramente a partir do que propõem os documentos da Estratégia Nacional de Educação Financeira do Brasil (ENEF). Não somos contrários à iniciativa de educar financeiramente os indivíduos, mas temos importantes restrições quanto aos modos como devem se desenvolver tais iniciativas.

Do modo como concebemos, um dos propósitos não revelados de iniciativas que estão em "movimento" no Brasil e no mundo, é **constituir consumidores para produtos financeiros**. Não é acaso que em várias iniciativas, em todo o Brasil, instituições financeiro-bancárias estejam à frente destes projetos.

Quase todos os bancos brasileiros desenvolvem Estratégias neste sentido o que, se por um lado pode representar iniciativa louvável, pois auxilia (e não discordamos desta posição) os indivíduos no controle de suas finanças pessoais, por outro potencializa a capacidade do indivíduo de "consumir" produtos financeiros o que se reveste de estratégia do capital (financeiro) na busca por maior captação (extração de mais valia) de lucro.

Convidamos você professor e de modo mais específico a professores de Matemática que, pela natureza da disciplina estarão particularmente afetados e envolvidos com esta temática, a refletirem e constituírem opinião pessoal sobre o tema; sugerimos que o professor seja um crítico de atividades que, por exemplo, apenas instruem nossos alunos a utilizar (consumir o produto) cartão de crédito e que construa suas próprias atividades e busque também referências teóricas.

Ao final deste produto indicamos, em forma de Apêndice, algumas referências teóricas que, julgamos, terão importante contribuição para nossa reflexão. Já adiantamos que, do modo como compreendemos, o **Modelo dos Campos Semânticos** além das perspectivas desenvolvidas pela **Educação Matemática Crítica** podem trazer relevantes contribuições para o desenvolvimento de atividades em Educação Financeira. Outras leituras como **Vida para o consumo** de Zigmunt Bauman trarão importante olhar sobre o **consumo**, tema que é central no propósito de educar financeiramente os indivíduos.

Alertamos aos professores, no entanto, que, como fizemos uma pesquisa documental que tinha pretensão de descrever criticamente as Estratégias de Educação Financeira de Brasil Portugal e Espanha, o presente texto (produto educacional) não apresenta propostas alternativas. Apenas pretende trazer reflexão político-ideológica sobre o tema, como o propósito (último) de servir como suporte para aqueles interessados e para que nós professores, não sejamos dentro dos sistemas escolares **apenas multiplicadores de propostas fechadas**, com perfil definido do que deve ser um cidadão educado financeiramente.

Num mundo ideologicamente dominado pela perspectiva do capital, sobretudo o financeiro, onde o **ter** se sobrepõe ao **ser**, é fundamental que nós professores estejamos atentos e críticos sobre o que e como ensinar a nossos alunos. Principalmente se tais iniciativas curriculares tem "nascimento" em ações e iniciativas de instituições bancárias.

Deixamos por fim, a indagação: O que é relevante no

processo de Educar Financeiramente nossos alunos? Tentar responder a esta questão pode ser um importante começo.

Vivemos numa sociedade de consumidores o que determina uma verdadeira submissão de indivíduos aos novos arranjos sociais econômicos moldados pelo consumo, o que por sua vez nos impõe a necessidade de repensar o papel da instituição escolar na formação crítica do cidadão, (também) consumidor.

Grupo de Investigações Financeiro – Econômicas (GRIFE)



INTRODUÇÃO

A Educação Financeira tem se tornado, nos últimos anos, tema de interesse crescente. Capitaneadas pela OCDE¹ propostas de Estratégias nacionais sobre o tema, são desenvolvidas em vários países pelo mundo a fora. O discurso dominante é de que na atualidade os indivíduos precisam dominar certas habilidades que lhes permitam tomar decisões financeiras acertadas, controlando suas finanças pessoais e alcançando assim seu *bem estar*.

Entretanto a despeito dos discursos que compõem estas propostas, acreditamos que existam interesses, não declarados. Ao que nos é relevante, o principal deles será a **constituição de consumidores de produtos financeiros** o que põe tais iniciativas a serviço do capital financeiro e dirigidas aos mercados - **uma orientação neoliberal**.

O presente trabalho tem assim a intenção de lançar olhar crítico sobre esse tema, dado que identificamos essa orientação ideológica nos documentos de Estratégias Nacionais de Educação Financeira. Tratará de pesquisa documental dentro do Programa de Mestrado Profissional em Educação Matemática da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

A modalidade de Mestrado Profissional foi criada pela **CAPES** em 16 de dezembro de 1998, pela Portaria Nº 080. Possui como uma de suas características que o mestrando produza como trabalho de conclusão uma “proposta de ação profissional que possa ter, de modo mais ou menos imediato, impacto no sistema em que o mestrando atua”². A esta proposta damos o nome de **produto educacional**.

Além dos documentos das Estratégias já indicadas, fomos levados a outros documentos³ dentre os quais destacamos aqueles que têm sua origem

¹ Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) fundada em 1968 então como OCEE (Organização para Cooperação Econômica Europeia).

²<http://www.ufjf.br/mestradoedumat/mestrado-profissional/>

³ Integram o conjunto de documentos analisados, dentre outros: “Parecer do **Comité Económico e Social Europeu** sobre Educação financeira e consumo responsável de produtos financeiros (parecer de iniciativa)”, que nos fornece a visão da União Europeia sobre o tema. A participação da OCDE sobre o

nas formulações da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), sobre o tema da Educação Financeira. Esta instituição representa, no contexto da pesquisa, o grande fomentador da Educação Financeira pelo mundo.

A partir desse olhar, pudemos então indicar a principal consideração, resultado desta pesquisa documental: *Está em curso um **Processo de Legitimação da Educação Financeira (PLEF)** que pode ser definido como um conjunto de asserções, não des-intencionadas, que pretendem elevar a Educação Financeira, tal como se apresenta, ao status de bem/ valor a ser consumido pelos indivíduos na modernidade líquida.*

Os principais documentos analisados foram: *Estratégia Nacional de Educação Financeira do Brasil (ENEF)*, *Plano Nacional de Formação Financeira de Portugal (PNFF)* e *Plan Nacional de Educación Financiera da España. (PNEF)*. Além disso, demos tratamento de documentos a livros dentro do tipo de literatura que se convencionou chamar-se de autoajuda financeira. O foco esteve em desenvolver análise crítica dos referidos documentos, sobretudo as Estratégias que possuem como principal interlocutor a OCDE.

A relevância dessa pesquisa está em que nos permitirá acumular elementos para crítica a estas iniciativas im(postas) ao sistema escolar brasileiro, pela edição da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) em 2010.

No Estado de Minas Gerais, por exemplo, professores já receberam “kits” com livros e caderno de atividades, prontos, é claro, com parâmetros já estabelecidos sobre o que significa educar financeiramente os indivíduos. Outros municípios, em outros Estados, também iniciam seus projetos e as respectivas câmaras legislativas, dão prosseguimento ao ajuste legal que precisa ser feito para permitir a introdução desse conteúdo curricular.

É preciso registrar que a ENEF, desenvolvida em projeto piloto, envolveu 26 mil estudantes da Rede Pública nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Espírito Santo, Tocantins, Minas Gerais e Distrito Federal num total de

900 escolas⁴. Contou em sua avaliação, que ocorreu entre 2010 e 2011, com a colaboração do Banco Mundial e do Caed⁵ e os resultados foram divulgados no primeiro semestre de 2012.

No âmbito internacional a versão do PISA⁶ no ano de 2012 pretendeu avaliar o desempenho em Educação Financeira de alunos dos sistemas escolares dos países em que se aplica. A produção de Estratégias nacionais de Educação Financeira, bem como o processo (avaliativo) de padronização desenvolvida pela OCDE através do PISA insere-se num processo global que na pesquisa chamamos de *Processo de Legitimação da Educação Financeira (PLEF)*.

Desse modo é preciso inserir professores de um modo geral e, sobretudo, Educadores Matemáticos na discussão sobre a Educação Financeira. O propósito é que nossa participação neste processo não se dê apenas como **multiplicadores acrílicos**. É assim fundamental que Educadores estejam atentos aos efeitos que orientações curriculares como as que preveem as Estratégias Nacionais de Educação Financeira, podem permitir.

A Proposição de uma Estratégia Nacional de Educação Financeira, nos termos em que está posta, merece nossa atenção, pois pode estar inserida num processo mais amplo, ligada a interesses do capital financeiro. Os bancos representam instituições que têm manifestado “preocupação” com a Educação financeira dos indivíduos. E devo concluir esta introdução, dizendo que bancos não vendem sonhos e sim produtos financeiros.

Os documentos.

Utilizamos durante a pesquisa documental que dá origem a este texto, com significativa frequência, reportagens de jornal sobre o tema da Educação Financeira. A que se segue é extraída de Jornal português e, como se pode observar, trata da Educação Financeira naquele país, de modo específico o município de Alvaiázere. Aliás, é preciso chamar a atenção para a contribuição

⁴Essas informações foram extraídas de: www.febraban.org.br. a FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos é instituição que participa do desenvolvimento da ENEF.

⁵Caed – Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação.

⁶Programme for International Student Assessment of the OECD. Programa Internacional de Avaliação de estudantes.

deste país para o desenvolvimento da Educação Financeira dado que lá ocorreram três conferências internacionais sobre o tema.

4 ACTUALIDADE

O ALVAIAZERENSE | 30 de Novembro de 2009

Em Alvaiázere

"Educação Financeira" em debate

• *Elina Ferreira*

Com o intuito de preparar a população para um contexto económico particularmente exigente, o Município de Alvaiázere promoveu, no passado dia 6 de Novembro, uma Conferência com o tema "Educação Financeira".

A iniciativa pretendia, essencialmente, motivar a procura de respostas, através da troca de ideias e experiências, juntando individualidades nacionais e internacionais de instituições com responsabilidades na área da Educação Financeira.

A acção promovida em conjunto com a Universidade de Aveiro, com o apoio da Associação de Desenvolvimento Empresarial do concelho de Alvaiázere e da Caixa Geral de Depósitos, conseguiu envolver os muitos participantes que fizeram questão de marcar presença na Casa Municipal da Cultura de Alvaiázere.

Na abertura oficial, o presidente da autarquia alvaiazerense, Paulo Morgado, fez questão de frisar a importância deste género



de debates, numa época especialmente exigente no que se refere à gestão financeira.

No que diz respeito às intervenções, destaca-se a exposição de Leonor Coutinho, em representação da SEFIN, (Associação Portuguesa de Consumidores e Utilizadores de Serviços e Produtos Financeiros), bem como a de Fiona Strain que deu o exemplo do caso Irlandês, no que diz respeito à área financeira.

Outro dos momentos marcantes da Conferência teve lugar com a intervenção de Paulo Lima, da Escola Secundária de Rio Tinto que apresentou o "LIFE", um projecto que aposta na educação financeira como vertente da educação para a cidadania e para o consumo, atingindo os alunos antes que estes saiam da escola.

Também Sérgio Cruz, da Universidade de Aveiro, apresentou o Projecto Matemática Ensino - PmatE -, com origem do Departamento de Matemática daquela Universidade. ■

Os intervenções durante a abertura oficial da conferência

Figura 1

Há também vasto material produzido para utilização pelo professor não apenas dentro do Plano Nacional de Formação Financeira de Portugal (PNFF), mas também em seus similares no Brasil, na Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e Espanha, no Plan Nacional de Educación Financiera (PNEF). Um quadro ao final deste documento resume algumas informações sobre estes Planos indicando, inclusive, os sites onde podem ser consultadas atividades pedagógicas em Educação Financeira.

Nossa pesquisa documental centrou-se na análise dos documentos das Estratégias, tentando elucidar interesses do capital, na constituição de consumidores de produtos financeiros. Através da referência teórica de Norman Fairclough e Michel de Certeau⁷, caracterizamos os extratos de documentos, respectivamente, como *discursos* ideológicos e *estratégias*.

Cabe apenas dizer que quanto às *estratégias* importou-nos, durante a pesquisa documental, assim caracterizar os documentos dado que são

⁷ O leitor interessado em maiores detalhes sobre as referências teóricas utilizadas poderá consultá-las na Dissertação: **Educação Financeira: Uma pesquisa documental crítica** disponível em <http://www.ufjf.br/mestradoedumat/mestrado-profissional>.

“operações ligadas diretamente a um poder e que tem por objetivo a organização do espaço social”.Certeau (apud JOSGRILBERG 2005, p.110).

Esses documentos representam o que no corpo da dissertação chamamos de *asserções*⁸.

As asserções legais cumprem o papel de constituir o marco legal, nos países em que se desenvolvem Estratégias de Educação Financeira, para permitir a introdução curricular deste tema. São *estratégias* dado que tem o escopo de “organizar o espaço social” e o modo como os indivíduos devem se educar financeiramente.

São exemplos de asserções legais, considerando a ENEF, os documentos (extratos de textos):

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.401, DE 2004

Cria a disciplina " Educação Financeira" nos currículos de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental e do ensino médio

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica criado a disciplina "Educação Financeira" nos currículos de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental, e do ensino médio.

Art. 2.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

A asserção acima indicava a iniciativa do legislador de criar uma disciplina própria para o tema.

Passo seguinte, a asserção legal⁹ que se segue retratava alteração do projeto anterior:

⁸ Assim definimos os extratos de textos, ao concebê-los como discursos ideológicos. Procedemos a uma caracterização desses discursos em: asserções legais , neoliberais , financeiras e do tipo capital-trabalho.Ver Capítulo IV da referida Dissertação.

⁹ Projeto de Lei da Câmara que no Senado Federal passa a ser identificado com o nº171. (Projeto nº3401 /2004 na casa de origem , Dep. Lobbe Neto)

Altera a redação do art. 26 da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (cria a disciplina "Educação Financeira" nos currículos de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental e do ensino médio)

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a redação do art. 26 da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Art. 2º O art. 26 da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte § 7º:

"Art. 26.

.....

§ 7º O tema educação financeira integra o currículo da disciplina Matemática." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

A Educação financeira passa, no imaginário do legislador, a compor-se curricularmente como tarefa do professor de Matemática.

Esta perspectiva de apresentá-la como **responsabilidade do professor de matemática**, não foi prática isolada. Identificamos **esta tendência** a partir de SAITO (2011), que a descreve como iniciativa: na **Inglaterra**, em que "a *Educação em Finanças Pessoais não possui status de disciplina regular, mas tem os seus conceitos transmitidos em cursos de Matemática*"; na **Nova Zelândia** "a *Educação em finanças pessoais não é obrigatória nos currículos escolares, mas, em algumas unidades de ensino, é inserida como tema de disciplinas como Matemática, Estudos Sociais, Saúde e Bem-estar*." Feslier (apud SAITO, 2011).

Desse modo a leitura que fizemos deste processo nos permitiu indicar que a vinculação da Educação Financeira como tarefa do professor de matemática (e da própria Matemática) configura-se também como *estratégia de empowerment*¹⁰ da Educação Financeira pela Matemática dado que esta última carrega o status de ser "linguagem de poder" e ter "poder formatador"¹¹.

¹⁰ No sentido de "dar poder". Expressão utilizada por Skovsmose (2001)

¹¹ A este respeito ler Skovsmose (2001) em A questão da democracia.

Na tramitação¹² desta norma na Câmara e no Senado Federal, há trecho, destacado a seguir, que merece nossa atenção. Trata-se de parecer da Comissão de Educação do Senado que apresentaremos, precariamente, em recortes:

O projeto em apreço intenta operar essa atualização mediante a inclusão, nos estudos de Matemática, de um tema indispensável ao cotidiano dos estudantes e dos cidadãos em geral, a saber, questões de natureza financeira.

Ocorre que, embora o tema sugerido mereça atenção especial na tradicional disciplina Matemática, sua abordagem deve ser transversal e interdisciplinar. A idéia de transversalidade indica a tentativa de construir uma ponte entre os conhecimentos aprendidos e as questões da vida real. Essa abordagem assume estreita relação com a interdisciplinaridade, que questiona a segmentação entre as diferentes áreas de conhecimento e aponta para a necessidade de se buscar uma inter-relação entre temáticas tratadas em campos aparentemente distintos do saber.

Assim, apresentamos emenda ao art. 2º do PLC, para que o componente curricular sugerido seja tratado como tema transversal.

Nota-se que o legislador em seu parecer reforça o imaginário a que nos referimos, ao enfatizar a necessidade de **“atenção especial” do tema da educação Financeira pela “tradicional disciplina Matemática”** (deve ser tarefa especial delegada a professores de matemática).

Além de documentos como estes, asserções legais que como dissemos tem o escopo de organizar o espaço social, consideramos outros tipos de asserções (todos extratos¹³ de textos das Estratégias).

Para os propósitos de um **produto educacional**, julgamos importante fazer algumas considerações:

¹² Toda a movimentação desta ou de outras normas pode ser acompanhada em:

<http://www.camara.gov.br/internet/sileg/>

¹³ No sentido de “extraídos de...”.

Começemos por dizer que é fundamental, e propósito deste produto educacional, que professores que estarão à frente de iniciativas, nos sistemas escolares, sobre Educação Financeira, não estejam “inocentes” das perspectivas que descrevemos com nossa pesquisa documental sobre os objetivos que julgamos se não ocultos, ao menos subjacentes a estas iniciativas. São, grosso modo, instituições financeiras que estão diretamente envolvidas na tarefa de construir propostas de Educar financeiramente os indivíduos. Depois disso, para adequar este produto à utilização pedagógica e, pensando em propostas alternativas em Educação Financeira, passaremos a pinçar alguns exemplos de atividades¹⁴, retiradas dos documentos das Estratégias em exame em nossa pesquisa documental.

O propósito é subsidiar a elaboração, pelos professores que terão acesso a este material, de atividades alternativas.

ATIVIDADE (1)¹⁵

Utilizando Internet, enumerar ocho cosas que puedes hacer en casa para reducir el consumo de energía y agua. (Poner en común con el alumnado de la clase y hacer una lista global).

A ideia da atividade é incentivar alunos a economizar no consumo de água e energia. Embora represente iniciativa importante desenvolve, como indicamos, o treinamento das pessoas para iniciativas individuais. É claro que podemos pensar no clichê: “se todos fizerem...”, ou seja, a ideia de chegar a toda uma coletividade por ações individuais. É legítimo pensar assim e o resultado, por um lado pode ser bastante positivo. Mas como estamos envolvidos, como educadores, no desenvolvimento de consciência crítica, temos preferência por atividades em Educação Financeira que extrapolem o nível da consciência individual e mais, despertem para o efeito que desenvolver

¹⁴ Essas atividades embora não façam parte dos documentos analisados em nossa pesquisa documental, integram o conjunto de iniciativas (pedagógicas) das Estratégias examinadas nesta pesquisa.

¹⁵ **Relativa a iniciativa da Espanha em Educação Financeira. Fonte:** Educación Financiera em Enseñanza Secundaria Obligatoria. **Nível I** - Guía para el profesorado. BANCO DE ESPAÑA/ COMISIÓN NACIONAL DEL MERCADO DE VALORES/ MINISTERIO DE EDUCACIÓN. Secretaría de Estado de Educación y Formación Profesional. Instituto de Formación del Profesorado, Investigación e Innovación Educativa.

iniciativas individuais (privadas) têm: **tornar opaca a visão dos indivíduos sobre outros aspectos que envolvem as várias atividades e ações que desempenhamos em nosso dia-dia.**

Há alternativas reflexivas a serem exploradas e esta atividade, por exemplo, pode ser assim contextualizada:

É atual o debate no Brasil que envolve a redução do valor das contas de energia, proposto pelo Governo Federal no final do ano de 2012. Vejamos a reportagem seguinte¹⁶:

Dilma sanciona lei que permite redução na conta de energia elétrica

Conta de luz ficará mais barata a partir de fevereiro.
Redução para o consumidor doméstico é de até 16,2%.

A conta de luz ficará mais barata a partir de fevereiro. A redução para o consumidor doméstico é de até 16,2%. A presidente Dilma Rousseff sancionou nesta segunda-feira (14) a lei que vai permitir essa redução. A redução só foi possível porque o governo eliminou três encargos da conta e, além disso, renegociou os contratos com as concessionárias que administram as hidrelétricas, termelétricas, empresas de transmissão e distribuição de energia. As concessões vão ser prorrogadas por até 30 anos. Em compensação, essas empresas aceitaram receber menos pelos serviços prestados. Para a indústria, a redução pode chegar a 28% de desconto.

Questões que envolvem a redução do consumo ou o valor pago pelos indivíduos vão além de iniciativas comportamentais individuais.

Devemos perceber que há muito que explorar nesta questão como: o elevado valor dos impostos embutidos no preço das tarifas de energia e que também tornam elevados os valores que pagamos pelo consumo desta energia; o fato da exploração e prestação de serviços públicos como o de energia e água serem concessões públicas. Isto é importante, pois sinaliza ao empresário capitalista que ele não é o dono desse direito. É o Estado, e dessa forma o povo, que concede a ele o direito de explorar e prestar tal serviço. E que, portanto pode ser inclusive retirado de suas mãos; Envolve também as condições climáticas dado que a seca pode baixar o nível de reservatórios, “diminuindo” a geração de energia das hidrelétricas por um lado, e por outro, e em consequência dessa redução, obrigar o Governo (que foi exatamente o que ocorreu) a acionar o uso mais intenso das termelétricas, que por sua


¹⁶ Extraída de: <http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2013>, em 17/01/2013.

vez produzem energia a um custo maior. Num cadeia de consequências torna-se inviável ou dificultada a redução das tarifas do setor. Claro também há de se considerar o interesse da iniciativa privada que explora tal serviço e que certamente não é favorável à redução de suas tarifas - redução da exploração e acumulação do capital.

O professor não precisa ser um especialista sobre a matriz energética brasileira, mas devem ser um atento e crítico observador de tudo o que acontece a sua volta, atitude sem a qual não é possível desenvolver criticidade em seus alunos.

Apenas o adestramento do indivíduo, aluno, para que reduza o consumo furta dele, do professor e de toda a sociedade a possibilidade de desenvolvimento de consciências críticas. E talvez seja de fato esse o objetivo por trás de algumas propostas pedagógicas.

ATIVIDADE (2) ¹⁷



Dolceta PORTUGAL

ONLINE CONSUMER EDUCATION

Plano de Aula 1
Módulo 7
Nível de Ensino: pré-escolar/1º ciclo
Tópico 2: **Contrair empréstimos**
Tema: **empréstimos bancários vs empréstimo a um amigo**

Esta Atividade consta como parte de material pedagógico dentro das **iniciativas portuguesas** de “educar financeiramente” seus alunos. Como se vê o nível escolar sugerido é o pré-escolar/1º ciclo, crianças entre 7 e 11 anos de idade. Abaixo apresentamos a ficha de atividade completa, mas podemos já considerar prematuro tratar deste tema com crianças nesta faixa etária.

¹⁷ Extraído de <http://www.dolceta.eu/portugal/Mod7/-Contrair-emprestimo-.html>.



Plano de Aula 1

Módulo 7

Nível de Ensino: pré-escolar/1º ciclo

Tópico 2: Contrair empréstimos
Tema: empréstimos bancários vs empréstimo a um amigo

Competência 2	Mobilizar saberes culturais e científicos para compreender a realidade e para abordar situações e problemas do quotidiano, relacionados com empréstimos
Horário	2 sessões de 45 minutos
Faixa etária	7-11 anos
Contexto curricular	Língua Portuguesa: leitura; selecção e organização da informação; comunicação oral e escrita Matemática: interpretar e resolver problemas envolvendo percentagens Formação pessoal e social: cooperação, autonomia, responsabilidade, sentido crítico
Ferramentas de ensino e aprendizagem	Computador /Internet Calculadora Lápis, folhas, canetas
Aquisições	Capacidades: - Reflectir sobre o seu estilo de vida; - Tomar consciência dos inconvenientes dos empréstimos bancários - Compreender que os empréstimos bancários implicam gastos Atitudes - Ser crítico e responsável perante a publicidade - Respeitar opiniões diferentes da sua - Assumir os seus comportamentos e hábitos. Conhecimentos Saber o que é um empréstimo bancário Saber o que são taxas de juro Saber calcular percentagens
Desenvolvimento da acção	Sessão 1 – numa sessão de matemática colectiva, é apresentado o folheto (anexo 1). Propõe-se que a pares os alunos descubram quanto dinheiro custará ao cliente o empréstimo nele referido. Apresentação à turma dos percursos e resultados. Entre sessões – recolher folhetos semelhantes em instituições bancárias ou pesquisando na internet Sessão 2 – estudo comparativo entre as várias ofertas dos folhetos recolhidos discutindo qual a menos penosa. Ao concluir a sessão a professora poderá incentivar uma discussão sobre a amizade e como os empréstimos entre amigos nada têm a ver com os estudados. Bancos vs amigos...

Comparar as ofertas de instituições bancárias é parte do ritual de constituir futuros investidores. Nosso entendimento é que a instituição escolar não deve estar envolvida com esta tarefa. O foco deve ser formar cidadãos críticos, não consumidores de produtos financeiros.

A este respeito, pensando no caso brasileiro pode-se, depois de pesquisa sobre o tema, sugerir aos alunos que reflitam sobre as facilidades e inúmeras ofertas que possibilitam aos indivíduos contraírem empréstimos

financeiros com taxas elevadas. Além disso, pode-se propor discussão sobre a modalidade “recente” de “empréstimo consignado” que possui menores taxas. Há de se indagar do porque dessa diferença cuja resposta reside na segurança que o capitalista tem de retorno (efetivo pagamento com juros) do valor emprestado, quando desta última modalidade de empréstimo.

Os vários cidadãos, em várias modalidades de empréstimos, pagam juros variados de acordo com o risco que representam de inadimplência. Ainda assim tal reflexão não se adéqua à faixa etária sugerida.

Como última observação, é relevante considerar que no caso português as razões que levam os indivíduos a contraírem empréstimos, estão muito além do descontrole pessoal de suas finanças. Medidas recessivas dos Governos em pacotes de socorro financiados junto ao FMI, BCE e Banco Mundial, têm proporcionado arrochos aos cidadãos com aumento de impostos, redução do salário mínimo em 22% e desemprego.

Como documento que retrata em parte o que estamos dizendo, apresentamos extratos retirados de nossa pesquisa, que traduzem o imaginário do cidadão português:

COMENTÁRIOS Professor


Alguem pode por favor explicar-me se estou a sonhar, ou se é realidade o que acabo de ler? Celebra-se uma parceria para promover em crianças de aprox. 4-6 anos (nível pré-primário, conforme indicado) contacto com "produtos financeiros básicos, planeamento e gestão de um orçamento, prevenção de riscos, poupança e endividamento"? Não seria melhor inventar-se uma injeção intracerebral pós-natal para habilitar as crianças a falar, escrever, ler, criar softwares, e interpretar um extracto bancário logo depois do nascimento? (Ou será afinal apenas uma piada inventada pelo FMI?) Prof. R. Guerreiro **Raul Guerreiro, Nuertingen** 31.05.2011

Extraído de :<http://www.educare.pt/educare>, em 27/06/2011

COMENTÁRIOS



|  Inserir Comentário |  2 Comentários

Para comentar esta notícia deverá ser membro registado no Jornal de Negócios. Se está registado no Jornal de Negócios faça [login](#). Caso contrário poderá [registar-se gratuitamente](#).

varegue 30 Maio 2011 - 16:01  

"Eu sugiro um capítulo :

Como pedir dinheiro emprestado até estourar com o país. Uma boa disciplina para as novas oportunidades"

cbr1000 30 Maio 2011 - 15:51  

"Aqui está um atestado de incompetência : cometeram erros e agora querem ensinar o povo a gastar????? que país de gente desorientada. A Troika (FMI) já devia ter entrado faz muito tempo."

Extraído de: <http://www.jornaldenegocios.pt>, em 27/6/2011.

Os extratos acima fazem referência ao inconformismo dos cidadãos diante da notícia que o governo português celebrava contrato com Banco de Portugal, para desenvolvimento de programa de Educação Financeira. Veja:

Educação Financeira – Estratégia de Intervenção no Sistema Educativo

30/05/2011

O Ministério da Educação, representado pela Ministra Isabel Alçada, e o Banco de Portugal, representado pelo seu Governador, Carlos da Silva Costa, assinaram hoje o protocolo *Educação Financeira – Estratégia de Intervenção no Sistema Educativo*.

O documento estabelece os termos e condições de colaboração entre o Ministério da Educação e o Banco de Portugal, com vista à definição de um referencial de Educação Financeira na educação pré-escolar, nos ensinos básico e secundário e na educação e formação de adultos. O protocolo tem ainda por objectivo estabelecer uma regulação das condições para a participação das instituições de crédito, sociedades financeiras e suas associações nas iniciativas de Educação Financeira em espaço escolar.

No âmbito desta parceria, o Ministério da Educação fica incumbido, entre outras matérias, de organizar documentos de apoio à Educação Financeira que permitam aos alunos e formandos ter contacto com matérias como os produtos financeiros básicos, o planeamento e a gestão de um orçamento, a prevenção de riscos, a poupança e o endividamento.

O Ministério da Educação e o Banco de Portugal comprometem-se ainda a elaborar um código de conduta destinado a enquadrar a participação das instituições de crédito, das sociedades financeiras e das respectivas associações nas iniciativas de Educação Financeira em espaço escolar.

O protocolo hoje assinado é válido por três anos e poderá ser renovado por iguais e sucessivos períodos.

Extraído de: <http://www.min-edu.pt>, em 27/06/2011

Outras Atividades podem ser bastante interessantes e devem servir de motivação para que professores criem junto a seus alunos, suas próprias atividades. A atividade seguinte está em Educación Financiera em Enseñanza Secundaria Obligatoria/ Nivel II - Guía para el profesorado, faz assim parte da iniciativa da Espanha.

O propósito de apresentá-la aqui esta em que muito se assemelha a tipo de atividade desenvolvida em uma aula tradicional de Matemática Financeira. Envolve cálculos com porcentagens e Regra de Três simples. É apropriada para o sétimo ano do ensino fundamental (6ª Série).

GRUP Talvez possa ser explorada pela questão que nem todos os países da Europa adotam o Euro como sua moeda oficial. Como é o caso da Inglaterra. Portanto é uma atividade que pode ser explorada interdisciplinarmente, com professores de História, Geografia e Matemática. Talvez seja uma maneira de oferecer maior reflexão além da questão da conversibilidade de moedas.

EJEMPLO

EUR / GBP	Billetes	Divisas
Cambio Comprador	0,89	0,84
Cambio Vendedor	0,77	0,82

1 euro = unidades de libra esterlina

Los tipos de cambio de esta tabla nos indican la cantidad de libras esterlinas por cada unidad de euro.

Para los billetes, los datos del cuadro quieren decir lo siguiente:

- Al comprar libras esterlinas, el banco nos dará un euro por cada 0,89 libras que le entreguemos.
- Al vender libras esterlinas, el banco nos entregará 0,77 libras por cada euro que le entreguemos.

Según las cotizaciones de la tabla, si queremos comprar 300 libras esterlinas para los gastos de un viaje de estudios al Reino Unido, el banco nos cobrará:

$$\left. \begin{array}{l} 1 \text{ euro} \text{ ----- } 0,77 \text{ libras} \\ X \text{ euros} \text{ ----- } 300 \text{ libras} \end{array} \right\} \quad X = 300 \text{ libras} / 0,77 \text{ libras/euro} = \mathbf{389,61 \text{ €}}$$

Siguiendo con el ejemplo anterior, supongamos que no gastamos todas las libras y días después acudimos al banco para cambiarlas por euros, llevando 95 libras.

Los tipos de cambio habrán variado y en ese momento son los siguientes:

EUR / GBP	Billetes	Divisas
Cambio Comprador	0,92	0,85
Cambio Vendedor	0,80	0,83

1 euro = unidades de libra esterlina

El importe que nos abonarán será

$$\left. \begin{array}{l} 1 \text{ euro} \text{ ----- } 0,92 \text{ libras} \\ X \text{ euros} \text{ ----- } 95 \text{ libras} \end{array} \right\} \quad X = 95 \text{ libras} / 0,92 \text{ libras/euro} = \mathbf{103,26 \text{ €}}$$

Algumas questões que pode ser propostas e que envolvem aspectos interdisciplinares:

Porque a Inglaterra não adota o euro como sua moeda oficial?

Há diferenças entre países da Zona do Euro e da União Europeia?

A atividade seguinte é retirada do mesmo Caderno de atividades anterior, portanto ainda estamos em exemplos retirados da proposta da Espanha. Diz respeito ao uso de cartões de crédito (tarjetas de credito).

CONSEJOS PARA REDUCIR LOS COSTES DE LAS TARJETAS

- Elegir una tarjeta de la categoría que más se adecúe a nuestras necesidades.
- Elegir la tarjeta con menores intereses.
- No utilizar la tarjeta de crédito para sacar dinero de los cajeros automáticos.
- Pagar siempre más de la cuota mínima, si es tarjeta de crédito de pago aplazado.
- No exceder nunca el límite de crédito de la tarjeta.

Pode-se observar que são conselhos importantes para quem os utiliza, como: não exceder o limite, pagar sempre um valor superior ao mínimo e não sacar dinheiro em caixas automáticos. Entretanto a outras que podem ser agregadas a estas (se o professor julgar importante habilitar alunos para a utilização do cartão de Crédito) como:

O que justificam os altos valores de taxas de juros cobradas nos Cartões de Crédito no Brasil?

Sugerimos desenvolver reflexão com os alunos sobre o que dispõe a Constituição Federal sobre o tema. Nossa carta constitucional indica que:

GRUPO DE INVESTIG

"As taxas de juros reais, nelas incluídas comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito, **não poderão ser superiores a doze por cento ao ano; a cobrança acima deste limite será conceituada como crime de usura**, punido, em todas as suas modalidades, nos termos que a lei determinar." (Constituição da República Federativa do Brasil; Artigo 192, §3º). (**Grifo nosso**)

A esta norma contrastamos a seguinte reportagem sobre a taxa de juros cobrada no crédito rotativo¹⁸:

¹⁸ **Crédito rotativo** - É utilizado quando o cliente opta por pagar parte do saldo devedor da fatura. A taxa de juros incide sobre o valor remanescente. Fonte: <http://www.bb.com.br>.

Cartões no Brasil têm taxa de 323% ao ano e é líder entre países da América

O Peru, que tem o segundo crédito rotativo mais caro, cobra 55% ao ano, uma diferença de quase 270%.

Mesmo com a queda da taxa básica de juros da economia (Selic) - hoje de 8% ao ano - o consumidor brasileiro continua pagando, de longe, as maiores taxas da América Latina de juros no financiamento da dívida no cartão de crédito, o chamado rotativo. É o que mostra um levantamento divulgado nesta terça (18) pela Proteste Associação de Consumidores, que pesquisou as taxas praticadas em sete países, incluindo as maiores economias da região.

O brasileiro que recorre ao rotativo, ou seja, paga apenas uma parte da fatura do cartão e deixa a dívida rolar para o mês seguinte, paga taxa média de juro anual de 323,14% no país (o equivalente a 12,77% ao mês). O Peru, que tem o segundo crédito rotativo mais caro, cobra 55% ao ano, uma diferença de quase 270%. O terceiro colocado foi o Chile, com a taxa anual de 54,24%. O menor percentual é da Colômbia, com 29,23%.

Data da reportagem: 18/07/2012.

Fonte: Extraído de <http://www.correio24horas.com.br/>, consultado em 18/01/2013.

Ou ainda, com uma reportagem mais atual que embora retrate redução nas taxas, mostram ainda os elevados valores cobrados no Brasil.

Juro do cartão de crédito no Brasil é quase 5 vezes o da Argentina

Taxa no país é a mais alta na comparação com cinco países da América do Sul e o México

O juro do cartão de crédito no Brasil é o mais alto na comparação com cinco países da América do Sul e o México, segundo pesquisa divulgada nesta segunda-feira (2) pela Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (Proteste). O brasileiro que recorre ao financiamento pelo chamado **de crédito rotativo** está submetido a uma taxa média de 237,9% ao ano. Essa taxa é **quase cinco vezes superior à da Argentina**, que aparece na segunda colocação e cuja taxa média chega a 50% ao ano.

A soma das taxas dos seis países não chega ao valor médio dos juros cobrados pelas operadoras de cartão de crédito no Brasil. "As condições econômicas dos países pesquisados, quando confrontadas com as do Brasil, mostram claramente que a taxa média dos juros praticados no Brasil realmente é exagerada; **caso fosse a metade, ou seja, de 119% ao ano (equivalente a 6,75% ao mês) ainda seria maior que o dobro da segunda colocada**", diz a Proteste.

Atrás da Argentina aparece o Chile, com taxa média de 40,7%, seguido pelo Peru, com taxa de 40%, o México, com taxa de 36,2%, e a Venezuela, com taxa de 29%. A menor taxa entre os países analisados foi a da Colômbia, com taxa média de juros de 28,5% ao ano no cartão de crédito.

Os cartões de crédito, de acordo com a associação, **têm sido o maior fator de endividamento dos consumidores porque as taxas cobradas no rotativo se tomam impagáveis.** Em dezembro, uma pesquisa divulgada pela Boa Vista, administradora do Serviço Central de Proteção ao Crédito (SCPC), apontou que, entre os inadimplentes do País, 64,1% têm dívidas no cartão de crédito.

Data da Reportagem: ISTOÉ Online | 02.Jan.12 - 16:10 | Atualizado em 18.Jan.13 - 21:03

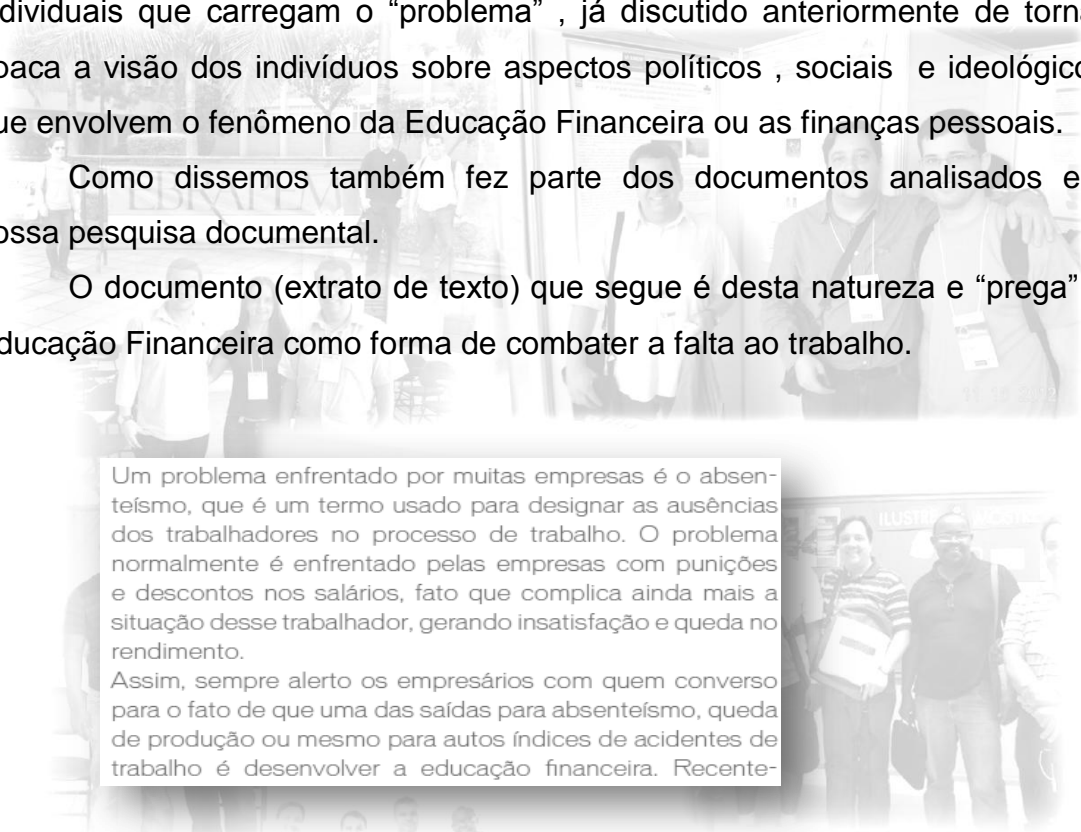
Fonte: <http://www.istoe.com.br>, consultada em 18/01/2013.

São muitas as possibilidades que o professor terá para tratar de Educação Financeira, mas indicamos que a utilização de Jornais e Revistas com reportagens são materiais interessantes. Lembrando sempre da importância da referência e escolha das fontes confiáveis.

Quanto a literatura de autoajuda financeira temos também considerações a desenvolver e refletir com professores dado que possuem, é resultado de nossa pesquisa, um perfil neoliberal de valorização de iniciativas individuais que carregam o “problema”, já discutido anteriormente de tornar opaca a visão dos indivíduos sobre aspectos políticos, sociais e ideológicos que envolvem o fenômeno da Educação Financeira ou as finanças pessoais.

Como dissemos também fez parte dos documentos analisados em nossa pesquisa documental.

O documento (extrato de texto) que segue é desta natureza e “prega” a Educação Financeira como forma de combater a falta ao trabalho.



Um problema enfrentado por muitas empresas é o absenteísmo, que é um termo usado para designar as ausências dos trabalhadores no processo de trabalho. O problema normalmente é enfrentado pelas empresas com punições e descontos nos salários, fato que complica ainda mais a situação desse trabalhador, gerando insatisfação e queda no rendimento.

Assim, sempre alerto os empresários com quem converso para o fato de que uma das saídas para absenteísmo, queda de produção ou mesmo para altos índices de acidentes de trabalho é desenvolver a educação financeira. Recente-

Observa-se aqui uma finalidade para a Educação Financeira que difere da maior parte das indicações de outros documentos analisados nesta pesquisa. Aqui ela parece estar orientada como uma medida que pode interferir na produção do trabalhador e, na ponta do processo, no lucro do empresário.

Para esta tarefa a indicação é de que indivíduos formatem inclusive seus sonhos. A essa orientação podemos chamar de *domesticação do trabalhador*. Ela está retratada pelo extrato seguinte:

A respeito, eu questiono: como podem as empresas pensar em segurança de seus colaboradores se eles não terão cabeça para utilizar meios preventivos por motivo das questões financeiras? É importante, assim, que se estabeleça um trabalho gradativo de educação financeira, na qual o colaborador adêquie seu nível de vida aos seus rendimentos, incluindo neles os sonhos.

Há por fim a indicação de que a Educação Financeira possa servir inclusive como instrumento para negociação salarial. Essa perspectiva fica representada pela asserção:

Além de reduzir problemas com o trabalhador, a educação financeira fará com que ele perceba que os rendimentos mensais que recebe são suficientes, diminuindo as reclamações.

Desse modo ela pode ser caracterizada pelo que, no corpo da pesquisa, chamamos de *asserção capital-trabalho*¹⁹.

Quanto a Estratégia de Educação Financeira do Brasil (ENEF) podemos dizer que os discursos que difunde uma perspectiva, que apuramos durante a pesquisa, que diz respeito à justificativa da necessidade de educar financeiramente os indivíduos. Sobre esta questão destacamos o extrato abaixo.

GRUPO DE

"A sofisticação do sistema financeiro do país acompanhou o desenvolvimento global dos mercados financeiros de produtos ofertados ao público, porém sem os excessos verificados em outras economias."

"Relatórios internacionais, como o *Global Stability Financial Report*, editado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), reconhecem que o sistema financeiro brasileiro é bem regulado e supervisionado."

"Como resultado, a gama de produtos financeiros oferecidos aos consumidores e aos investidores vem sendo ampliada, aumentando as opções dos indivíduos..."

¹⁹ As asserções podem ser compreendidas como uma categoria de análise. Elas tiveram no desenvolvimento da pesquisa, o escopo de elucidar a presença de orientações ideológicas em favor do capital financeiro, em documentos. As do tipo: capital-trabalho agem discursivamente

Tratam da ampliação da oferta de produtos financeiros, segundo o texto, como resultantes da sofisticação do sistema financeiro. Sobre este aspecto, ainda que para alguns possa não ser central para a discussão num produto educacional. **Talvez até porque professores procurem num trabalho dessa natureza orientações mais diretas sobre o tema da Educação Financeira.** Temos o entendimento, descrito em nossa pesquisa documental, que este fenômeno (da Educação Financeira) se manifesta como prática social que emerge de um processo mais amplo de mudança no modo de acumulação do capital. Decorre como efeito do que se convencionou chamar-se de financeirização do capital²⁰. Cabe por fim apenas considerar que podemos abordar o que envolve esta questão pela perspectiva da Educação Matemática Crítica

Outro documento que fez parte do conjunto analisado em nossa pesquisa documental tratava das orientações sobre a Educação Financeira, levadas a termo pela União Europeia. Em verdade trata-se de Parecer²¹ do Comitê Econômico e Social Europeu (CESE). É preciso observar que de todos os documentos analisados, e, portanto as perspectivas que neles são desenvolvidas o *Parecer*, ao tratar do “consumo responsável de produtos financeiros” sugere algum nível de controle sobre o a ação do capital.

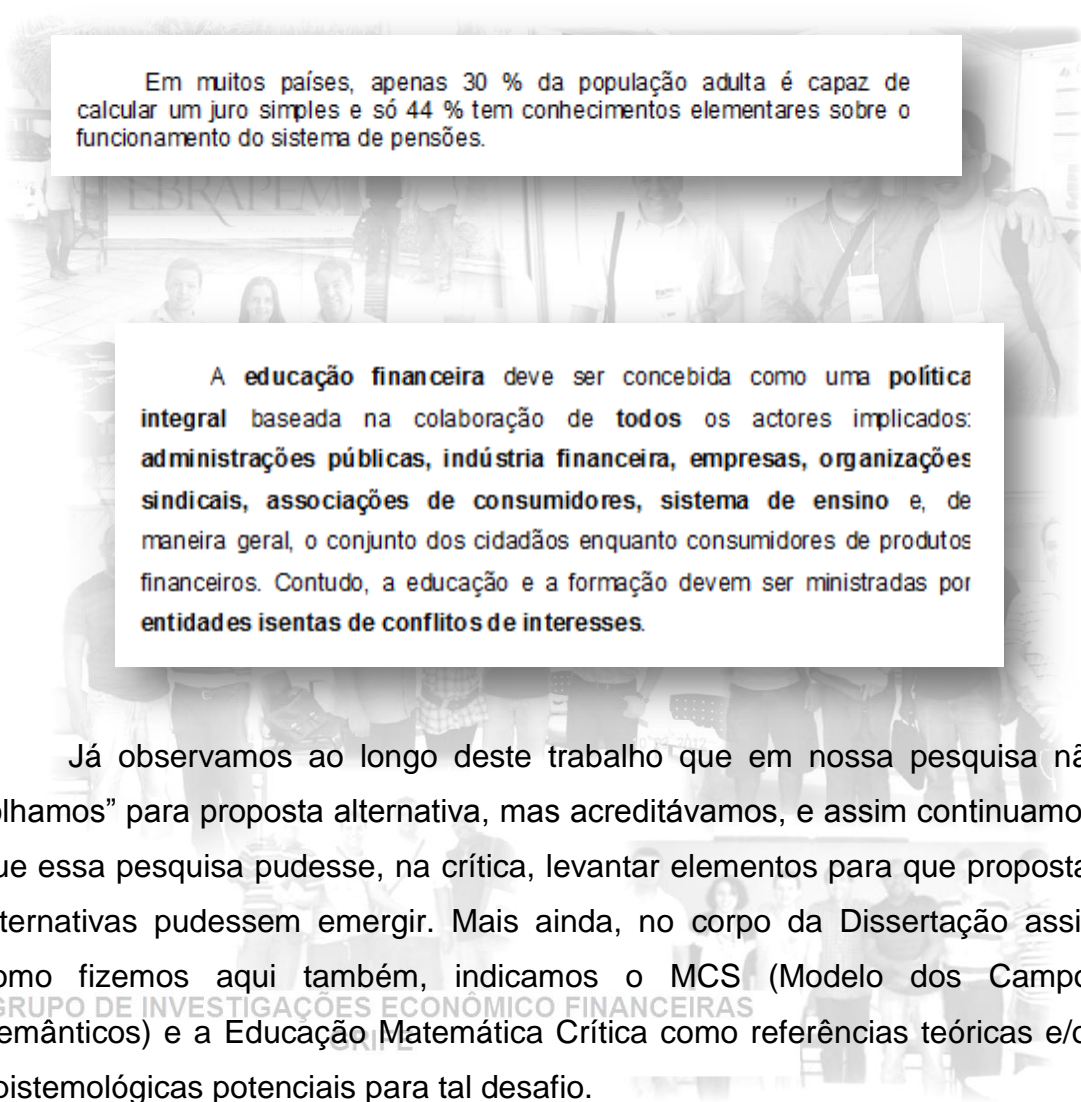
Perante esta situação, o CESE reconhece as diferentes iniciativas levadas a cabo pela Comissão Europeia e a OCDE para atenuar as falhas do sistema financeiro e exorta a indústria financeira a aplicar corretamente a nova regulamentação e a fazer uso da auto-regulação para promover uma actuação adequada e honesta, que corrija o anterior comportamento de certas entidades e facilite o acesso a produtos financeiros transparentes que possibilitem aos consumidores não só conhecer exactamente os termos dos contratos que subscrevem mas também comparar as diferentes ofertas existentes no mercado.

²⁰ O Professor interessado por esta questão pode acessar a Dissertação em: www.ufjf.br/mestradoedumat/mestrado-profissional

²¹ Parecer do **Comité Económico e Social Europeu** (CESE) sobre Educação financeira e consumo responsável de produtos financeiros (parecer de iniciativa). Em: Jornal Oficial da União Europeia, 29.10.2011, p.24-30.

O extrato de texto acima, do Parecer, indica necessidade de comportamento honesto, fala em transparência. O que pode ser entendido como confissão de que estas qualidades faltassem às instituições (“certas entidades”) operadoras do sistema financeiro.

Outras preocupações elencadas neste Parecer sugerem a fragilidade dos conhecimentos Matemáticos (operatórios) dos potenciais consumidores de produtos financeiros sobre os quais apresenta a informação abaixo.²²



Em muitos países, apenas 30 % da população adulta é capaz de calcular um juro simples e só 44 % tem conhecimentos elementares sobre o funcionamento do sistema de pensões.

A **educação financeira** deve ser concebida como uma **política integral** baseada na colaboração de **todos** os actores implicados: **administrações públicas, indústria financeira, empresas, organizações sindicais, associações de consumidores, sistema de ensino** e, de maneira geral, o conjunto dos cidadãos enquanto consumidores de produtos financeiros. Contudo, a educação e a formação devem ser ministradas por **entidades isentas de conflitos de interesses**.

Já observamos ao longo deste trabalho que em nossa pesquisa não “olhamos” para proposta alternativa, mas acreditávamos, e assim continuamos, que essa pesquisa pudesse, na crítica, levantar elementos para que propostas alternativas pudessem emergir. Mais ainda, no corpo da Dissertação assim como fizemos aqui também, indicamos o MCS (Modelo dos Campos Semânticos) e a Educação Matemática Crítica como referências teóricas e/ou epistemológicas potenciais para tal desafio.

Esta percepção fica reforçada ao percebermos que atividades com a que está retratada abaixo, possuem o perfil, daquelas que tradicionalmente ocorrem nas , não menos tradicionais , aulas de Matemática.

²²No documento original referência(14): Segundo o trabalho realizado por Maria José Gómez Yubero e publicado no artigo «**Financial education**: from information to knowledge and informed financial decision-making» [Educação financeira: da informação ao conhecimento a à tomada de decisões financeiras bem informadas].

Esta Atividade consta do Plano de Educação Financeira da Espanha e
podeser consultada em: <http://www.finanzasparatodos.es>

Gepeese Portal Educativo para la Educación Financiera en Educación Secundaria Obligatoria
<http://www.gepeese.es>

PROBLEMA MATEMÁTICO: DE VISITA EN LONDRES.

Vamos a visitar la Catedral de San Pablo en Londres. En nuestra oficina bancaria vemos publicado la siguiente tabla de cambio.

Euro/moneda extranjera	Cambio comprador	Cambio Vendedor
Libra esterlina	0.88	0.78

Hemos echado nuestros cálculos y allí vamos a necesitar 200 libras. Al volver nos han sobrado 40 libras y 60 peniques, que decidimos cambiar a euros.

Realiza las cuentas necesarias para saber:

- 1.- ¿Cuántos euros necesitamos al principio?
- 2.- ¿Cómo nos cambiará el banco los peniques?
- 3.- ¿Cuántos euros nos quedarán al final, al cambiar las libras sobrantes?

A opção do professor deve ser, independente da orientação teórico-metodológica de sua “preferência”, por atividades que envolvam o desenvolvimento de consciências críticas e que não se atenham ao reproduzir de processos algorítmicos simplesmente. A Resolução de Problemas também é referência potencial aqui, pensando na sala de aula de Matemática.

De volta ao documento do CESE, observemos o extrato abaixo

GRUPO

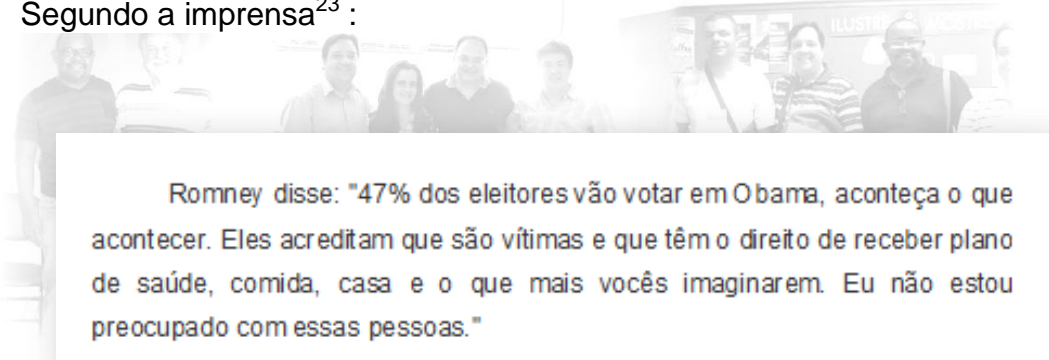
Aproximadamente 80 milhões de cidadãos europeus, ou seja, 16 % da população total, vivem no limiar da pobreza. Em 2010, a União Europeia fixou, como um dos objetivos para o «Ano Europeu do combate à pobreza e à exclusão social», a promoção do apoio social a políticas de inclusão, destacando a responsabilidade colectiva e individual.

O objetivo deste trecho no documento era de justificar mais uma vez a necessidade de educar financeiramente os indivíduos, no caso dos europeus. Está aqui uma interessante oportunidade de desenvolver atividade interdisciplinar com as áreas da Matemática, Geografia e História por exemplo.

O extrato mostra uma dupla visão ou, podemos dizer leitura sobre o mundo, sobretudo no cenário econômico que opõe a democracia liberal individual frente a perspectiva de democracia, que podemos chamar “coletiva”. Na História este é um debate bastante interessante, mais afeita as questões econômicas. Governos oscilam entre políticas de **liberalização** entremeada por ações de **controle mais efetivo** do Estado sobre a economia.

Apenas para ilustrar o que estamos dizendo, a recente eleição norte americana opôs, em certa medida, estas duas formas de pensar representadas, precariamente e respectivamente por Mitt Romney (Republicano) e Barack Obama (Democrata). O episódio em que Romney foi flagrado em vídeo em crítica aos eleitores de Obama retrata bem esta questão.

Segundo a imprensa²³ :



Romney disse: "47% dos eleitores vão votar em Obama, aconteça o que acontecer. Eles acreditam que são vítimas e que têm o direito de receber plano de saúde, comida, casa e o que mais vocês imaginarem. Eu não estou preocupado com essas pessoas."

De um lado há o pensamento de que o indivíduo é o único responsável pelo seu destino e de outro a percepção de que o Estado não pode prescindir de sua atuação, principalmente em áreas como Saúde, Educação. É um debate interessante para ser desenvolvido em sala de aula.

²³ O extrato de reportagem foi retirado do site: <http://g1.globo.com>, de reportagem de Edição do dia 18/09/2012. Atualizado em 18/09/2012 21h08. Com o Título: **Romney critica eleitores em vídeo divulgado nos Estados Unidos.** O candidato criticou os americanos que recebem algum tipo de assistência social do governo e que, segundo ele, não pagam imposto.

Além dessa questão é possível explorar (a Geografia, sobretudo) a constituição da União Europeia, as crises que por lá se arrastam como na Grécia e Espanha.

O Jornal é fonte importante para o professor levar para a sala de aula e tratar de Educação Financeira, dentre outros temas. Charges por exemplo são “textos” interessantes para serem discutidos em sala de aula. Como exemplo que se relaciona ao tema da Educação Financeira e que envolve os países da Zona do Euro temos²⁴:



Numa rápida descrição, retrata o então primeiro Ministro Grego George Papandreu que ao mesmo tempo em que se submete à União Europeia (representada pela primeira ministra alemã Ângela Merkel) arrocha os cidadãos gregos.

GRUPO DE INVESTIGAÇÕES ECONÔMICO FINANCEIRAS
GRIFE

²⁴ Figura extraída de <http://ocastendo.blogs.sapo.pt>, consultada em 05/01/2013.

Considerações

Como dissemos o propósito deste produto Educacional não é ser um manual de atividades para que o professor possa reproduzi-las em sala de aula. Não temos receituários prontos nem roteiros pré-estabelecidos sobre como desenvolver a criticidade dos alunos no que respeita à Educação Financeira. Mais do que isso, pretendíamos e esperamos ter conseguido alcançar a “percepção” do professor aguçando seu senso crítico, até mesmo para que possa discordar de nosso posicionamento. Não importa, o que é relevante é nos colocarmos sempre críticos e atentos ao que reproduzimos em nossas aulas, sobre pena de que assim não agindo, podemos estar compactuando com interesses que se afastam de propósitos democráticos, aqueles que acreditamos devem sempre pautar a atividade pedagógica.

Indicações Bibliográficas

APPLE, Michael W. – **Educação à Direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade**; trad de Dinah de Abreu Azevedo; revisão técnica de José Eustáquio Romão. – São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003. – (Biblioteca freireana;v.5)

APPLE, Michael W. - **Pedagogia da exclusão: o neoliberalismo e a crise da escola pública**/Michael W. Apple... [et.al.]; Pablo Gentili (org.).Petrópolis RJ:Vozes, 1995. (Coleção estudos culturais em educação);

GRUPO DE INVESTIGAÇÕES ECONÔMICO FINANCEIRAS
GRIFE

BAUMAN, Zigmunt- **Capitalismo parasitário: e outros temas contemporâneos**/ ZygmuntBauman e Tim May;tradução Eliana Aguiar.- rio de Janeiro :Jorge Zahar Ed., 2010.

BAUMAN, Zigmunt - **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias**/ ZygmuntBauman; tradução Carlos Alberto Medeiros.- Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,2008.

GENTILI, SADER (et. All) - **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático/ organizadores Emir Sader, Pablo Gentili. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.Vários autores;

HARVEY, David. **O Enigma do Capital**: e as crises do capitalismo/São Paulo, SP: Boitempo,201.

SKOVSMOSE, Ole. **Educação Crítica**, Incerteza matemática responsabilidade. Editora Cortez 2005

SKOVSMOSE, Ole. **Educação Matemática Crítica: a questão da democracia** /OleSkovsmose.- Campinas SP:Papirus,2001(Coleção Perspectivas em educação Matemática)

FROMM, Erich **-Ter ou Ser?**. Fromm, ERICH. Traduzido da primeira edição, publicada em 1976 por Haper&Row, Publishers, Inc., de Nova York.Edições brasileiras :1977,1979, 1980.Zahar Editores.



Indicações de Filmes

Wall Street (década de 1980)

Wall Street: Money Never Sleeps (2010)

Capitalismo: Uma História de Amor (Michael Moore)

A grande virada (2010)

InsideJob (Trabalho Interno) (2010)-Oscar de melhor documentário

MarginCall (**MarginCall**: O Dia Antes do Fim) (2011)

Too Big to Fail (**Grande Demais para Quebrar**) (2011)

Enron: The Smartest Guys in the Room (no You tube)

Sobre consumismo:

Delírios de consumo de Becky Bloom

Amor por contrato

Criança, a alma do negócio (documentário no You tube)

Sobre capitalismo:

O preço do amanhã (futurista)

Apêndice (1)

Considerações sobre o Modelo dos Campos Semânticos. Para aquele interessado nas contribuições sobre o MCS- Modelo dos Campos Semânticos sugerimos aqui a leitura do livro : **Modelo dos Campos Semânticos e Educação Matemática**, 20 anos de história/ Organizadores Cláudia Laus Angelo...[et. al.] .- São Paulo: Midiograf, 2012 . 280 p.

Apêndice (2)

QUADRO GERAL DE LEGITIMAÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA / ESTRATÉGIAS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA.

QUADRO GERAL: PROCESSO DE LEGITIMAÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA					
Documento	País	Instituições	Período	OCDE	SITE
Estratégia Nacional de Educação Financeira	Brasil	<ul style="list-style-type: none"> Banco Central. Comissão Nacional de Valores Mobiliários (CNVM) UNIBANCO 	2009	OECD (2005)	www.vidaedinheiro.gov.br
Plan National de Educación Financiera	Espanha	<ul style="list-style-type: none"> Banco de España – Eurosistema. Comisión Nacional Del Mercado de Valores (CNMV). 	2008/2012	OECD (2005)	www.finanzasparatodos.es
Plano Nacional de Formação Financeira	Portugal	<ul style="list-style-type: none"> Banco de Portugal. Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.(CMVM) Instituto de Seguros de Portugal. Caixa Geral de Depósito (CGD) Universidade de Aveiro (PMatE) 	2011/2015	OECD (2005)	www.dolceta.eu/portugal

QUADRO GERAL DE LEGITIMAÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA/ CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS EM EDUCAÇÃO FINANCEIRA.

GRUPO DE INVESTIGAÇÕES ECONÔMICO FINANCEIRAS

Conferências internacionais de Educação Financeira				
Nome	Ano	Cidade/País	Promotores	Tema
OCDE - Conferência Internacional de Educação financeira	2009	Rio de Janeiro /Brasil	CVM/Brasil OCDE	(*) Perspectivas Educação Financeira para América Latina
1ª Conferência Internacional de Educação Financeira.	2009	Alvaiázere/Portugal	Universidade de Aveiro/ PMatE	"Perspectivas para Portugal"
2ª Conferência Internacional de Educação Financeira.	2010	Lisboa / Portugal	Universidade de Aveiro / Caixa Geral de Depósitos.	"Por uma Educação + financeira".
3ª Conferência Internacional de Educação Financeira.	2012	Aveiro/Portugal	Universidade de Aveiro/ PMatE.	"Transversalidade e Cidadania"

Apêndice (3)

Resumo das Pesquisas do GRIFE

A pesquisa realizada por Amanda Fabri de Resende intitulada **“A Educação Financeira na Educação de Jovens e Adultos(EJA)”** e orientada pelo Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Jr. (GRIFE- Grupo de Investigação Financeiro-Econômica em Educação Matemática/UFJF) tem como escopo central realizar uma investigação qualitativa com os alunos e alunas da EJA de uma escola municipal de Juiz de Fora, sobre questões relacionadas à forma como tomam suas decisões financeiro-econômicas frente a situações de necessidade de consumo. Nos embasamos teórico-metodologicamente em ZigmuntBauman, Maria da Conceição Fonseca, Maria Celeste de Souza e em Romulo Campos Lins.

A pesquisa realizada por André Bernardo Campos intitulada: **“Como uma Educação Financeira Crítica pode contribuir para que jovens possam tomar decisões de consumo bem fundamentadas”**, e orientada pelo Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Jr. (GRIFE/UFJF), tem como objetivo a promoção de uma postura crítica em relação a situações de consumo. Por meio de situações-problemas, Busca-se promover discussões reflexivas, além de oferecer acesso a informações para a tomada de decisões. Para tal, fundamentamo-nos nas ideias da Educação Matemática Crítica de OleSkovsmose e do Modelo dos Campos Semânticos de Romulo Campos Lins.

DejairFranck Barroso sob a orientação do Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Jr. (GRIFE/UFJF) investiga **“Uma proposta de curso de serviço para a disciplina Matemática Financeira na graduação de Administração mediada pela produção de significados dos alunos”**. A pesquisa em questão de cunho qualitativo inquire a produção de significados dos alunos do curso de Administração de uma Instituição Superior de Ensino de Minas Gerais na disciplina Matemática Financeira, por meio de situações-problema de consumo na sociedade líquido-moderna. Objetiva-se propor diretrizes para um curso de serviço, direcionado para o público dos cursos de Administração e Economia.

Na pesquisa **“Matemática Financeira e Tecnologia: espaços para o desenvolvimento da capacidade crítica dos educandos da educação de jovens e adultos”**, Luciano Pecoraro Costa, sob orientação do Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Jr. (GRIFE/UFJF), busca proporcionar aos estudantes, além de conteúdos pertinentes à disciplina, também, a emersão, em caráter reflexivo. Toma assim como prerrogativa, as características da Educação Matemática Crítica, de OleSkovsmose, em que conseqüentemente acarretam reflexões de cunho social, perante questões relacionadas à Cidadania,

descritas nas obras de Nilson José Machado. A pesquisa foi realizada num colégio público estadual da cidade de Miguel Pereira/RJ, com alunos da Educação de Jovens e Adultos – EJA. A fim de aglutinar aos aspectos de criticidade e cidadania, foram incorporadas ferramentas tecnológicas – calculadora e computador – como meio de intencionar a inclusão digital, e paralelamente, como instrumento auxiliador diante de tomadas de decisão.

A pesquisa realizada por Neil da Rocha Canedo, "**Ambientes de Modelagem pela ótica da Teoria da Atividade: um novo olhar sobre o convite**", e orientada pelo prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Jr. (GRIFE/UFJF), trata-se de uma proposta de analisar as dinâmicas dos ambientes de modelagem por meio de um referencial teórico-metodológico e noções categorias apoiados na teoria da atividade. O contexto são salas de aula de matemática das séries finais do ensino fundamental de uma escola publicado com características rurais onde o autor atua como professor. A pesquisa insere-se numa proposta mais geral de investigar as possibilidades de inserção da educação financeira nesse nível de ensino por meio da modelagem.

A pesquisa de Reginaldo Ramos de Britto, orientada pelo prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Jr. (GRIFE/UFJF), intitulada "**Educação Financeira: uma pesquisa documental crítica**" tem dois propósitos que se aproximam, representando em verdade duas expressões de uma mesma iniciativa. Por um lado, assume como estratégia estabelecer reflexão crítica às propostas atuais sobre Educação Financeira as quais qualificamos como dirigidas ao Mercado e à domesticação dos indivíduos. Por outro lado, e, ao mesmo tempo, pretende contribuir para que propostas alternativas possam emergir no campo de investigação em Educação Matemática como um todo, mas principalmente, a Educação Matemática Crítica. Trata-se de investigação qualitativa com opção por pesquisa documental, que objetiva traçar um quadro teórico da Educação Financeira no mundo* e no Brasil. Além disso, pretende, ao olhar cuidadosamente para inserção dessa proposta nos currículos no Brasil, refletir criticamente sobre o que chamamos de "*Processo de Legitimação da Educação Financeira*". Este consiste num conjunto de asserções, não des-intencionadas, sobre a necessidade que os indivíduos dominem, na modernidade líquida, competências que lhes permitam dentre outras coisas, utilizar "melhor" produtos financeiros, transformando-se, em melhores consumidores.

A investigação "**Design de tarefas de educação financeira para o 6º ano do ensino fundamental**", de Luciana Borges Losano, orientada pelo Prof. Dr. Amarildo Melchíades da Silva (UFJF) tem como objetivo elaborar um produto educacional constituído por um conjunto de tarefas de Educação Financeira para aplicação em salas de aula de matemática do 6º ano do Ensino Fundamental. A pesquisa é parte de uma proposta de inserção da Educação

Financeira como tema transversal no currículo de Matemática da Educação Básica. A investigação se caracteriza por uma abordagem qualitativa e toma como base teórica o Modelo dos Campos Semânticos e as ideias presentes em Vygotsky e Leontiev.

